

DF - lazer Aprovada lei que protege os monumentos naturais

Cavernas, grutas e cachoeiras do Distrito Federal poderão ter proteção ambiental garantida por lei. Até agora, as áreas têm apenas o apoio de grupos ambientalistas para serem preservadas. Por unanimidade dos 16 deputados presentes, o projeto da deputada Lúcia Carvalho (PT) que transforma as unidades em monumentos naturais foi aprovado, em primeiro turno, ontem na Câmara Legislativa.

A Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) e o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema) ficarão responsáveis pela implantação e administração de cada monumento natural do DF. Segundo a deputada Lúcia Carvalho, existem muitas unidades no Distrito Federal que, pela extensão limitada, não justificam a criação de um Parque Nacional ou de uma Reserva Ecológica.

O projeto foi retirado da pauta de votação semana passada porque alguns deputados discordavam dos incisos I e II do artigo 4º. Segundo o deputado Luiz Estevão, que foi relator do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, os incisos



Luiz Marcos

Lúcia é autora do projeto

permitiam ao GDF estabelecer restrições administrativas em áreas de propriedade privada. A emenda do deputado que determinava ao Governo que desapropriasse as áreas onde estavam situados os monumentos foi derrubada na Comissão de Economia, Orçamento e Finança (CEOF).

Desapropriação — Na Comissão de Assuntos Sociais, os dois incisos foram suprimidos e recolocada a emenda que estabelece ao Poder Executivo local a obrigatoriedade da desapropriação de bens imóveis e benfeitorias existentes na área dos monumentos naturais. Nas áreas que devem passar à preservação ambiental estão as cachoeiras do Tororó, Saia Velha, Piriripau, as grutas Morro da Pedreira, Água Rasa e o abrigo da Pedra Encantada, entre outras.

O coordenador do grupo ambientalista Companheiro Andarilhos de Brasília (Cabra), Milton Miguel, festejou a aprovação do projeto. “Foram dois anos de luta pela conscientização da importância da conservação dessas áreas”, disse. Fernando Lima, da gerência de conservação ambiental do Iema garantiu que a aprovação da lei é importante, principalmente porque muitos destes monumentos estão sendo depredados. “Arrancam vegetação e pedras para construção, além de, às vezes, servirem de depósito de lixo”, explicou.